

Pregão Eletrônico

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

A
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
Ilustríssimo
Sr. Carlos Ricardo Moura dos Santos
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N.º 4/2021/PREP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1.23.000.000985/2021-56

ASSUNTO: INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

E. R. P. DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA CNPJ: 10.927.661/0001-10, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do processo administrativo em epígrafe, representada neste ato por seu sócio proprietário infra firmado e, nos termos do Art. 109, Inciso I alínea "a"; § 3º, § 5º da lei 8.666/93 e do item 11 do Edital supracitado, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, manifestar:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Antes de passar a discorrer ponto a ponto sobre o objeto do vertente recurso, o que será argumentado na narração dos fatos e dos direitos da recorrente, sobreleva-se ressaltar que a norma processual administrativa aplicável ao caso em tela (Decreto Federal nº. 5.450/2005) dispõe, em seu Art. 26, que qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar suas razões recursais, bem como a previsão contida no item 11 do Instrumento Convocatório (Edital). Nesse passo, a Recorrente externou sua intenção de recurso no dia 10 de novembro de 2021, que deve ser excluído para a contagem do trintídio legal, conforme Art. 110, da Lei Federal nº. 8.666/1993, e, portanto, o terceiro dia útil para a apresentação do apelo é 12 de novembro de 2021. Assim tempestivo é o presente Recurso Administrativo.

II – DA SINOPSE DO PROCESSO LICITATÓRIO – ESCOPO DA IRREGULARIDADE / ILEGALIDADE CONSTATADA:

Por meio do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2021 foi instaurado procedimento licitatório, na conformidade com a titulação epigrafada e conforme as especificações contidas no Edital em referência.
O presente Pregão tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em serviços de natureza continuada com mão de obra exclusividade: Limpeza e Conservação, Auxiliar Administrativo I, Auxiliar Administrativo II (faturista), Recepcionista, Mensageiro (a), Copeiragem, Operador (a) de Fotocopiadora e Garçom, que compreenderá o fornecimento de mão de obra, uniformes, EPIs, e demais equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas dependências do Ministério Público Federal no Estado do Pará, no âmbito das sedes provisória e definitiva da Procuradoria da República no Estado do Pará - R/PA em Belém/PA, conforme especificações constantes no termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

III – DAS RAZÕES DE RECURSO:

A empresa, ora recorrente, participou do certame licitatório Pregão Eletrônico Nº 4/2021, tem o presente o intuito de interpor Recurso Administrativo, contra a decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa Saram Serviços Especializados LTDA, em total contrariedade à legislação vigente e aos princípios da licitação, e portanto imperiosa é sua habilitação, por não preencher os requisitos do processo licitatório constante no Instrumento Convocatório, o que influi diretamente na isonomia entre os licitantes, pelo que passa a discorrer.

III.1 - DESCONFORMIDADE NA PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO.

Insta mencionar que o Instrumento Convocatório (Edital) estabelece de forma sucinta como as licitantes deverão basilar o preenchimento de suas Planilhas de Custos e Formação de Preços, vejamos:

"...8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da INSEGES/MP n.5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.14 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

Vale destacar que o Modelo de Planilha de Custos e Formação de preços utilizado pelo Ministério Público da União, de acordo com o link: <https://auditoria.mpu.mp.br/orientacao/terceirizacao/MODELOPLANILHAPADRAOMODULOSIN52017ALTERADAPELAIN72018OUTRASCATEGORIAS.xlsx/view> para outras categorias que não sejam Limpeza e Conservação e Vigilância. Ou seja, para outras categorias profissionais estabelece os seguintes percentuais para o Módulo 3 – PROVISÃO PAR RESCISÃO: A- Aviso Prévio Indenizado: 0,29%; B – Aviso Prévio Trabalhado: 1,16%; C – Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado: 0,04%.

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3 Provisão para Rescisão % Valor (R\$)

A Aviso Prévio Indenizado 0,29 0,00

B Aviso Prévio Trabalhado 1,16 0,00

C Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado 0,04 0,00

TOTAL 0,00

Módulo 4 – CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE – Submódulo 4.1 A- Substituto na cobertura de férias: 8,33%; B - Substituto na cobertura de Ausências Legais: 2,22%; C - Substituto na cobertura de Licença Paternidade: 0,04%;; D - Substituto na cobertura de Acidente de Trabalho: 0,02%; E- Substituto na cobertura de Licença Maternidade: 0,14%;

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1 Substituto nas Ausências Legais % Valor (R\$)

A Substituto na Cobertura de Férias 8,33 0,00

B Substituto na Cobertura de Ausências Legais 2,22 0,00

C Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade 0,04 0,00

D Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho 0,02 0,00

E Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade 0,14 0,00

F Outras Ausências (Especificar - em %) 0,00 0,00

TOTAL 0,00

Insta esclarecer que a empresa Saram Serviços Especializados LTDA registrou em sua Planilha de Custos e Formação de Preços PROVISÃO PAR RESCISÃO: A- Aviso Prévio Indenizado: 0,26%; B – Aviso Prévio Trabalhado: 1,03%; C – Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado: 0,03%.

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3 Provisão para Rescisão % Valor (R\$)

A Aviso Prévio Indenizado 0,26 5,99

B Aviso Prévio Trabalhado 1,03 28,46

C Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado 0,03 0,50

TOTAL 34,95

Módulo 4 – CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE – Submódulo 4.1 A- Substituto na cobertura de férias: 8,33%; B - Substituto na cobertura de Ausências Legais: 2,22%; C - Substituto na cobertura de Licença Paternidade: 0,04%; D - Substituto na cobertura de Acidente de Trabalho: 0,02%; E- Substituto na cobertura de Licença Maternidade: 0,03%;

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1 Substituto nas Ausências Legais % Valor (R\$)

A Substituto na Cobertura de Férias 8,33 233,05

B Substituto na Cobertura de Ausências Legais 2,22 62,11

C Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade 0,04 1,12

D Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho 0,02 0,56

E Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade 0,03 0,84

F Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar) 0,00

TOTAL 297,68

Ao observarmos os percentuais demonstrados parece que há uma pequena diferença insignificante, todavia quando se preenche a Planilha de Custos na sua totalidade percebemos o quanto os números demonstram algo que até então poderíamos imaginar no que concerne ao valor final da Proposta Comercial da licitante.

Ao corrigirmos a Planilha de Custos e Formação de Preços da empresa Saram Serviços Especializados LTDA, através da técnica de espelhamento e Planilhas chegamos ao valor final da Proposta Comercial R\$ 1.890.566,37 colacionada abaixo.

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM ESPECIFICAÇÃO Unidade de

medida Qtd registrada Valor unitário

(R\$) Valor mensal (R\$) Valor para 12

meses (R\$)

1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de Limpeza e Conservação M² 16.926,14 - R\$ 51.433,74 R\$ 617.204,86

2 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de Auxiliar Administrativo I POSTO 16 R\$ 3.465,45 R\$ 55.447,17 R\$ 665.366,08

3 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de Auxiliar Administrativo II (faturista) POSTO 2 R\$ 4.074,32 R\$ 8.148,63 R\$ 97.783,56

4 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de Recepcionista POSTO 2 R\$ 3.465,97 R\$ 6.931,94 R\$ 83.183,23

5 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de Mensageiro POSTO 1 R\$ 3.102,62 R\$ 3.102,62 R\$ 37.231,48

6 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de Copeira POSTO 3 R\$ 2.985,08 R\$ 8.955,24 R\$ 107.462,89

7 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de Operador de fotocopiadora POSTO 6 R\$ 2.923,24 R\$ 17.539,46 R\$ 210.473,52

8 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de Garçom POSTO 2 R\$ 2.994,20 R\$ 5.988,40 R\$ 71.860,76

VALOR TOTAL R\$ 157.547,20 R\$ 1.890.566,37

Diante das evidências demonstradas verifica-se que a empresa em comento não consegue fechar os valores finais do seu último valor apresentado de R\$ 1.704.048,84. Assim sendo a Planilha de Custos e Formação de preços da empresa Saram não deve ser aceita e habilitada. Vale destacar também que suas margens de Custos Indiretos e Margem de Lucro são respectivamente de 0,50%. O valor da diferença a ser retirado da Planilha corresponde a R\$ 186.517,53 (Cento e oitenta e seis mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos).

Insta esclarecer que os Princípios da Igualdade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório, que quando desrespeitado o mesmo macula o certame e obriga à republicação do edital ou o estorno a fase antes de sua violação, tornando nulo todos os atos praticados sob o véu do descumprimento legal. Com isso, desrespeitando os ditames abrangidos no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, conforme jurisprudência do STF e doutrina abaixo descrita.

Nesse entendimento:

O Ilustre doutrinador Marçal Justen Filho, em sua obra, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ed. Dialética, 2010, 14ª edição, in verbis:

(...)

"2.3.4) Esgotamento da discricionariedade:

vinculação ao instrumento convocatório Impõe-se, assim, a objetividade da decisão e da escolha do administrador. Isso significa que a Lei determina que a seleção do contratante e a definição do próprio "contrato" sejam retiradas do plano das meras cogitações pessoais e particulares do agente administrativo que exercita a função de julgar as propostas. Para isso, submete a escolha do administrador a um "procedimento" - ou seja, uma série ordenada e conjugada de atos, cuja sucessão conduz a uma decisão final subordinada a controle quanto à racionalidade, adequação e conveniência. A licitação não é apenas uma sequência formal e mecânica de atos. A sucessão de atos significa a dissociação temporal dos diversos componentes da decisão do administrador, sem que isso propicie ausência de vinculação lógico-jurídica entre eles.

"2.3.4.1) A exaustão da discricionariedade

Cada fase da licitação culmina com uma decisão. Mesmo nas fases ditas internas (tais como "definição do objeto a ser licitado" e "elaboração do edital"), são tomadas decisões fundamentais para definir a futura contratação. Existe uma "especialização" em cada fase da licitação. Ou seja, em cada fase, a atenção se dirige a um certo aspecto do problema. Cuida-se de um ângulo específico da questão a ser decidida. De outro lado, cada decisão condiciona o seguimento do procedimento licitatório. Assim, quando se define o objeto a ser licitado, está se condicionando o conteúdo do edital. O conteúdo do edital restringe as possibilidades dos concorrentes e delimita as propostas que serão apreciadas etc. Daí aludir-se ao princípio da vinculação ao edital, para indicar o exaurimento da competência discricionária. Ao produzir e divulgar o ato convocatório, a Administração exercita juízos de conveniência e oportunidade sobre o objeto a ser contratado, os requisitos de participação, os critérios de seleção do vencedor. Se a Administração identificar, posteriormente, algum defeito na sua atuação anterior, ser-lhe-á assegurada a faculdade de rever o edital, mas isso importará a invalidação do certame e a renovação da competição. NO CURSO DE UMA LICITAÇÃO, É VEDADO ALTERAR OS CRITÉRIOS E AS EXIGÊNCIAS FIXADAS NO ATO CONVOCATÓRIO. Grifos nossos.

Itens do Edital

8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do

Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.14 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas. Grifos Nossos.

III.2 – DEIXOU DE APRESENTAR A DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Destaca-se ainda que a empresa Saram deixou de apresentar junto a sua documentação de habilitação a Declaração de Contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração pública. Descumprindo desta forma a exigência contida no Instrumento Convocatório (Edital) no item 9.10.5 e subitens, vejamos:

"9.10.5 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.5.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66%

(dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;
9.10.5.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;
9.10.5.4 a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social". Grifos Nossos.

IV – DO PEDIDO

Conforme os fundamentos de fato e de direito acima expendidos, a Recorrente requer:

- a) Receba e acolha as Razões do Recurso Administrativo, para declarar DESCLASSIFICADA e INABILITADA A PROPOSTA COMERCIAL DA EMPRESA SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, conforme preceituam os Artigos 44 e 48, da Lei 8.666/93;
- b) Que seja convocada a próxima empresa licitante para apresentação de Proposta Comercial e Planilhas de Custos e Formação de Preços para análise e emissão de Parecer Técnico sobre a análise realizada;
- c) Requer ainda que, caso não seja reconsiderada a decisão ora recorrida, sejam enviadas as presentes razões, à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º do art. 109 da Lei Federal N.º 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º do art. 113 da supracitada Lei.

Termos que pede deferimento

Porto Velho-RO, 12 de novembro de 2021.

E. R. P. DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

Fechar